



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: REPERCUSSÕES E INFLUÊNCIA NO CURRÍCULO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Setembro/2013

Eixo temático: Currículo e Avaliação Educacional
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
COSTA, Gisele Alves¹
alves_gisele@yahoo.com.br
CNPq
Pôster. Texto completo.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar as repercussões e influência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no currículo das escolas do Município de São Paulo. Dentro de um exame crítico sobre as Políticas Públicas de Avaliação em larga escala e analisar especificamente o indicador estatístico o IDEB e suas repercussões no cotidiano escolar. Para tanto, faremos uma breve contextualização histórica das políticas pública de avaliação externa, assim como as características, tendências, influência e uso dos resultados do IDEB nas escolas. Utilizaremos como metodologia uma abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica, documental e de campo. Ainda em andamento, esta pesquisa em fase inicial, apresenta em um primeiro apanhado, algumas hipóteses, questionamentos e breves considerações iniciais sobre a temática referida.

Palavras chave: Políticas públicas de avaliação. IDEB. Currículo

¹ Mestranda em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Isabel F. Cappelletti.



Contexto político-educacional: Políticas Públicas de Avaliação externa e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 o direito público ao ensino fundamental tornou-se prioridade da política educacional brasileira. Desta forma o país alcançou praticamente a universalização do acesso ao ensino fundamental (Oliveira, 2007). Neste período, tivemos aumento da demanda nas escolas e melhoria da taxa de fluxo escolar. Embora a democratização do ensino seja uma conquista, são notáveis ainda os desafios, em relação à qualidade da educação.

Paralelamente aos avanços na universalização do acesso, o país adotou diversas medidas para assegurar a permanência dos alunos e a conclusão com êxito desse ensino, pondo ênfase na melhoria da qualidade.

A partir dos anos 1990, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), tem início uma forte intensificação sobre as avaliações em larga escala, destacando a criação do Sistema Nacional de Avaliação.

Em 2007, o governo federal² lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), este vem com medidas centralizadas na melhoria da qualidade da Educação Brasileira. No mesmo ano, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que reúne informações das médias de desenvolvimento alcançadas, avaliadas na Prova Brasil³ e a taxa do fluxo escolar: repetência, evasão e promoção dos alunos. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o IDEB é:

(...) O indicador que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez (...).⁴

²Durante o mandato Luiz Inácio Lula da Silva

³Avaliação denominada: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil)

⁴ <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em: 26 set.2012.



A qualidade da educação brasileira vem sendo alvo de muitas pesquisas, principalmente no que tange as avaliações externas. Os exames vêm aferindo o desempenho dos alunos nas escolas públicas, cujos resultados visam monitorar o desempenho escolar, para partir deste, estabelecer metas e ações no âmbito de políticas públicas, e de investimentos, conforme destacamos a seguir:

A Prova Brasil foi idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. (INEP, 2007).

O objetivo que se pretende com o IDEB é traçar um mapa detalhado das da evolução dos alunos do Brasil identificando as escolas que precisam de mais investimentos e principalmente de assessoria para a melhoria da qualidade educativa. Conforme os termos do Decreto n. 6.094 (abril/2007).

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. (Prova Brasil).

O IDEB foi criado para medir de forma objetiva a qualidade da educação básica, assumindo o papel de indutor de políticas para melhoria da educação, por meio de termo de adesão voluntária dos municípios e estados ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação⁵. As metas desse plano visam que os Estados, municípios e escolas, em conjunto, contribuam para que o Brasil alcance um índice educacional equivalente ao dos Países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) até 2022, ano do bicentenário da Independência.

⁵Decreto no. 6094, de 24 de abril de 2007.



Evidenciamos um momento, onde a literatura, pesquisas acadêmicas revelam o uso invertido das avaliações externas; a pesquisa realizada por Rodrigues (2011, p.66) mostra professores que utilizam como parâmetro essas avaliações para decidir ou influenciar o currículo e também a própria forma de avaliar, já preparando os alunos para esses testes.

Segundo Cappelletti (2005):

As políticas de avaliação no Brasil tem se configurado, ao longo da história, como reprodutoras das injustiças sociais, da competitividade e da exclusão social. A problemática da avaliação é sempre uma questão central, no contexto das políticas educacionais, visto que a destinação no sistema educacional, ainda é mediada pelos resultados apresentados. Nesse sentido, as políticas de avaliação se voltam para os fins enquanto dados estanques isolados. (CAPPELLETTI, p.39, 2005).

Corroborando com Cappelletti, Freitas (2009) adverte sobre a necessidade de entendermos e diferenciarmos de qual avaliação estamos utilizando. Freitas (2009) denomina a avaliação em três âmbitos: avaliação larga escala (rede de ensino), avaliação institucional da escola e por fim a avaliação da aprendizagem em sala de aula, alertando para a importância das articulações entre as avaliações.

Martins (2002) destaca:

É inegável que realizar a avaliação externa em larga escala sobre os resultados obtidos pela escola constitui um importante indicador para que os gestores dos sistemas de ensino possam corrigir os problemas do fluxo escolar e reorientar as decisões e medidas legais. No entanto, esses mecanismos podem limitar sobremaneira as possibilidades para ampliação do exercício de autonomia da escola, caso continuem desconsiderando o incentivo à auto-avaliação, bem como a possibilidade de gestão de seus recursos. (MARTINS, 2002, p.163).

De acordo com Freitas:

(...) há o risco da ocultação da má qualidade pelo uso da média como referência. O IDEB não deixa de ser baseado em uma proficiência média da escola ou da rede. O uso da média como referência e sua



variação ao longo do tempo não significam que houve melhoria *para todos*. Se um grupo de bons alunos for melhor ainda, a média subirá, mesmo que os piores continuem onde sempre estiveram. (FREITAS, 2007, p.982).

Nesse sentido, Martins (2002) enfatiza a importância da realização da avaliação em larga escala, no entanto temos que considerar os apontamentos de Freitas (2007) sobre a possibilidade destas aferições, vista como produto final, mesmo com alguns avanços nas médias, não garante que a educação tenha alcançado um nível melhor de qualidade, mesmo porque, pode ser que um seletivo grupo de alunos com excelentes notas emergiam esta média, desta forma, os alunos que realmente precisam de uma maior atenção fiquem anulados, escondidos nas médias das aferições.

Nesta ótica, o grande desafio é absorver lições desses resultados obtidos em larga escala, integrando-os com as aferições realizadas no contexto escolar, e assim, contribuir para o processo de ensino/aprendizagem nas escolas.

Para Alarcão (2001) a escola precisa mudar, e para isso será necessário mudar o pensamento sobre ela, refletindo sobre os próprios sucessos e fracassos que nela existem, no diálogo contínuo e incessante com os protagonistas da mesma.

Problematização, objeto, objetivo e metodologia da pesquisa

A problematização da temática perpassa pelo seguinte questionamento: **quais as repercussões e influência do resultado do IDEB no currículo e conseqüentemente no processo de ensino/aprendizagem na escola?**

Este trabalho vem com o intuito, de analisar as repercussões dos resultados do IDEB dentro das escolas pesquisadas, desvelando os elementos educativos que ocasionaram estas aferições, tendo como referência as seguintes perspectivas: integrar e comparar os resultados quantitativos das avaliações externas com as respectivas avaliações qualitativas das unidades escolares pesquisadas, analisando se os resultados do IDEB condizem com a realidade das escolas pesquisadas, bem como verificar as repercussões desses resultados no processo ensino-aprendizagem.



Por fim, a presente pesquisa, pretende investigar como locus de estudo duas escolas do município de São Paulo, uma com baixo índice no IDEB e outra com alto índice no ano de 2011. Uma escola que não conseguiu alcançar a meta e outra que conseguiu com êxito. Uma metodologia com abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica, documental e de campo.

Algumas considerações

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito público subjetivo do ensino fundamental tornou-se prioridade da política educacional brasileira, como já citamos anteriormente, para Oliveira (2007), podemos pensar a qualidade da educação brasileira em três segmentos: a universalização do acesso na escola; tendência de regularização do fluxo; aferição de desempenho indicados pelo resultado de aprendizagem medido pelos testes em larga escala.

Seguindo a lógica de raciocínio de Oliveira, podemos destacar que um dos maiores avanços da educação foi torná-la como um direito subjetivo para todos os cidadãos, no entanto, esta premissa associava a qualidade à retórica da democratização da escolarização, entretanto, esta inclusão não foi planejada, tornando o ensino precário, desencadeando outro problema, os altos números de repetências, e conseqüentemente, a evasão.

A preocupação após a democratização seria a regularização do fluxo com políticas de ciclos de aprendizagem: a progressão continuada, pois além de se garantir o acesso era preciso pensar em formas para que o aluno permanecesse na escola. Com um discurso plausível, considerar o tempo de aprendizagem de cada aluno, no entanto, esqueceu-se de garantir padrões mínimos de qualidade educativa, para que este aluno consiga alcançar com êxito as expectativas de aprendizagem para sua faixa etária. Desta forma, garantimos o acesso e a permanência dos alunos. Ao alcançar praticamente a universalização da educação brasileira, as discussões se dirigiram a questão da qualidade educativa.

Diante deste cenário, criaram aferições de desempenho indicados pelo resultado de aprendizagem, medidos pelos testes em larga escala. Neste contexto o IDEB visa



monitorar o desempenho escolar, assumindo o papel indutor de políticas para melhorar a qualidade da educação.

Neste sentido, podemos e devemos ressaltar a importância de uma reflexão no contexto escolar, para que estes dados venham ao encontro de uma avaliação emancipatória (Saul, 2000), somando com as avaliações das/nas instituições educativas.

Segundo Freitas, temos que ter cuidado no uso desses dados, para que não cubra a verdadeira situação que a nossa educação se encontra. Contudo, enfatizamos a importância de termos aferições, no entanto, temos que ficarmos atentos ao uso que se faz destes resultados e como estes são apresentados, para que não se distancie da verdadeira situação da qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: INEP, 2007. (Série Documental. Texto para Discussão, 26).

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. (Org.). **Avaliação e Currículo: políticas e projetos**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2010.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. (Org.). **Análise Crítica das Políticas Públicas de Avaliação**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2005.

FREITAS, Luís Carlos de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Luís Carlos de. Eliminação adiada: o acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educ., Soc.**, Campinas. v. 28, n. 100, p. 965 – 987, out. 2007. (ed. especial).



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia da escola**: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória**: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RODRIGUES, Rodrigo Ferreira. **Usos e repercussões dos resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista**, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.